



ACÓRDÃO Nº522/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11403/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Luciana Coimbra da Rocha - OAB/AM N. 2962 e Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM n. 4697
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Lábrea
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Adalfrank Teixeira da Silva (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2898/2018-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Lábrea. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Lábrea, exercício 2015, sob a responsabilidade do **Sr. Adalfrank Teixeira da Silva** - Presidente da Câmara de Lábrea, com fulcro no art. 1º, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 5º, II da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Adalfrank Teixeira da Silva** - Presidente da Câmara Municipal de Lábrea, exercício 2015 - no valor de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, com fulcro no art. 53, parágrafo único da Lei n.º 2.423/96, em razão da manutenção da restrição n.º 10 do Relatório Conclusivo n.º 101/2016 da DICAMI, ratificado pela Informação n.º 501/2018 - DICAMI, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo*



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº522/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Recomendar ao Câmara Municipal de Lábrea que:

- a) Observe a correta alimentação dos Relatórios de Gestão Fiscal no Sistema GEFIS, em observância ao que estabelece o art. 31 da CF/88 c/c o art. 20, III, "a" da LRF;
- b) Proceda à devida formalização de todos os documentos que compõem os processos de contratação de serviços e aquisição de material, em observância ao que prescreve a legislação aplicável;
- c) Atente para o que prescreve o art. 37, II da Constituição Federal de 1988, acerca do preenchimento de cargos por meio da realização de concurso público.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de Agosto de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador - Geral, em substituição